

1 Aos vinte e sete dias de janeiro de dois mil e dezoito, às nove horas e quarenta e sete
2 minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia – CFP, situado no Setor de
3 Administração Federal Sul, Quadra dois, bloco “B”, Edifício Via Office, térreo, sala
4 cento e quatro, Brasília, Distrito Federal, iniciou-se o segundo dia da décima quarta
5 plenária do décimo sexto plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam
6 presentes, entre conselheiros e convidados, Rogério Giannini, Ana Sandra Fernandes
7 Arcoverde Nobrega, Norma Celiane Cosmo, Pedro Paulo Bicalho Gastalho de Bicalho,
8 Andréa Esmeraldo Câmara, Célia Zenaide da Silva, Clarissa Paranhos Guedes, Cleia
9 Oliveira Cunha, Daniela Sacramento Zanini, Elizabeth de Lacerda Barbosa, Fabian
10 Javier Marin Rueda, Fabiana Itaci Corrêa de Araújo, Júnia Maria Campos Lara, Marisa
11 Helena Alves, Paulo Roberto Martins Maldos, Regina Lúcia Sucupira Pedroza, Rosane
12 Lorena Granzotto. Iolete Ribeiro da Silva, Jureuda Duarte Guerra, Maria Márcia Badaró
13 Bandeira e Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa tiveram a ausência justificada. Rogério
14 Giannini presidiu a reunião. Inicialmente, Célia Zenaide da Silva agradeceu ao apoio
15 logístico e à coordenação geral do CFP pela prontidão com que resolverem o problema
16 com o delegado da APAF, Roberto Stern, que perdera uma filha em acidente de carro
17 durante a assembleia. **8. Reunião Plenária de Março de 2018.** Foi decidido que, em
18 março, a reunião plenária se iniciará no dia vinte e três e se encerrará no dia vinte e
19 cinco, um domingo, durando, portanto, três dias. O aumento dos dias da plenária se
20 justifica pela demanda de trabalho e porque serão convidados a falar todos os
21 representantes do CFP que não são conselheiros, mas atuam em espaços como o
22 Conselho Nacional de Assistência Social e a Comissão de Direitos Humanos do CFP
23 em nome da autarquia. **9. Participação do CFP no Fórum Social Mundial.** De treze a
24 dezessete de março deste ano, em Salvador, na Bahia, acontecerá o Fórum Social
25 Mundial (FSM). O CFP participará da organização executiva do evento e, por esse
26 motivo, será necessário definir a participação. Há expectativa de cinquenta mil
27 participantes e, dentre os eixos propostos, o CFP ficaria responsável pela parte de
28 direitos humanos. Sugeriu-se a realização de uma atividade para falar do assassinato de
29 Marcos Vinícius Ferreira. Seria, também, importante ter um estande para colocar
30 publicações e um televisor. Outros temas foram propostos, como Assistência Social,
31 Racismo, Mulheres, Álcool e outras drogas, com o relançamento da Frente Nacional de
32 Drogas, Psicologia e Democracia, enfrentamento contra a violência contra LGBTs,
33 sistema prisional, Psicologia do trabalho, Carta de Bauru, Direito das Cidades. Deverá
34 ser marcada reunião com a equipe de conselheiros que trabalharão no Fórum Social
35 Mundial, para definir mesas, inscrições, método de trabalho. Paulo Roberto Martins
36 Maldos, Miraci Mendes e Maria Orlene Daré deverão participar das reuniões de
37 organização do FSM, que acontecerão em Salvador. Haverá reunião, no próximo dia
38 trinta de janeiro, entre Rogério Giannini e Salete Saleviano, da equipe executiva do
39 fórum. Confirmaram a participação Clarissa Paranhos Guedes, Elizabeth Lacerda,
40 Marisa Helena Alves, Maria Márcia Badaró Bandeira, Célia Zenaide da Silva, Rogério
41 Giannini, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nobrega, Norma Celiane Cosmo e Pedro
42 Paulo Gastalho de Bicalho. **10. Parceria CNJ e CFP.** No decorrer de dois mil e
43 dezessete, o CFP realizou reuniões com o Conselho Nacional de Justiça, (CNJ), então
44 presidido pela Ministra Cármen Lúcia, a fim de estabelecer uma parceria sobre o



Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Carmen', 'Dh', 'Miraci', 'Salete', and 'Adriana'.

45 Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. Surgiu, então, a proposta de
46 realização de um workshop sobre parceria CNJ e CFP para o atendimento psicológico
47 em situações de violência doméstica e familiar, que será realizado nos dias um e dois de
48 fevereiro deste ano. O evento acontecerá no Rio Grande do Norte. Apesar de o pedido
49 inicial do CNJ ter se baseado basicamente no trabalho voluntário de psicologia, o CFP
50 incidiu para transformar isso em uma política mais viável. O CNJ fez pesquisa sobre
51 psicólogos que atuam em casos de violência contra a mulher em Tribunais de Justiça
52 (TJs). Constatou-se que Rio Grande do Norte, Pernambuco e Espírito Santo eram os
53 lugares com maiores carências de profissionais que atuam na área. Há casos de tribunais
54 com áreas especializadas que não desejam equipe multidisciplinar, que se recusam,
55 inclusive, a fazer concursos. O CNJ reconhece a necessidade de haver psicólogos nos
56 quadros de funcionários. Clarissa Paranhos Guedes leu minuta de parâmetros técnicos
57 ao plenário e considerou que não se pode tratar a violência de um modo isolado. Regina
58 Lúcia Sucupira Pedroza pediu que os parâmetros apresentassem fundamentação maior.
59 Rosane Lorena Granzoto afirmou que problemas sociais podem ser tratados na clínica,
60 não sendo eles exclusividade da psicologia social. Elizabeth de Lacerda Barbosa relatou
61 que o TJ de Minas Gerais passou a transferir problemas que lhes eram próprios às
62 clínicas escolas e, deste modo, é preciso cuidar para que isso não aconteça nessa
63 parceria. Outro problema é que, embora existam TJs com psicólogos, nem sempre havia
64 disposição de supervisão de estagiários de psicologia, conforme demanda da Lei. Célia
65 Zenaide da Silva considerou a violência contra a mulher como algo cultural, devendo a
66 antropologia e sociologia ser consultadas. Sugeriu que o Mapa da Violência dois mil e
67 quinze, na parte de homicídio das mulheres do Brasil possa ser mencionado nos
68 parâmetros, assim como a Agenda dois mil e trinta, que trata de objetivos de
69 desenvolvimento sustentável da ONU ligados à mulher. Pedro Paulo Gastalho de
70 Bicalho informou que a minuta apresentada figurará na nota que deverá ser apresentada
71 na APAF de maio deste ano. Pediu que os parâmetros indicassem construção de redes
72 de apoio e que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) contemplem o assunto.
73 Além disso, é preciso não restringir o termo estágio, mas considerar, igualmente, a
74 extensão universitária. **11. Nota Técnica de Orientação Profissional em Casos de**
75 **Violência contra a Mulher.** O Ministério Público Federal do Distrito Federal e
76 Territórios (MPF-DFT) enviou ofício ao CFP que aponta que a nota técnica sobre
77 violência contra a mulher não está disponibilizada no site do conselho. A nota foi
78 retirada por apresentar vários problemas e pelo fato de outro documento orientador estar
79 em processo de elaboração em um GT da APAF. Por isso, como ainda haverá alguns
80 meses até a finalização de nova nota técnica, a diretoria sugeriu o retorno da nota
81 anterior ao site. Fabiana Itaci Corrêa de Araújo recomendou que, no caso de a nota
82 anterior retornar ao site, se informasse o motivo de recolocá-la e o processo de
83 construção de nova nota técnica, tanto à categoria como ao MPF-DFT. Andréa
84 Esmeraldo Câmara considerou precipitado retirar a nota do site antes de haver outro
85 pronto. Clarissa Paranhos Guedes tem reservas de se recolocar a nota anterior no site,
86 pois a questão do sigilo abordado pelo documento é problemática, afinal o Código de
87 Ética Profissional já prevê situações em que o sigilo profissional deve ser quebrado.
88 Além disso, cabe ao CFP orientar a categoria, e não ao MPF-DFT Foi questionado se

Handwritten notes and signatures:
- *atendidos*
- *fr*
- *DS*
- *fine*
- *Marcos*
- *sep*
- *7*

89 caberia ao psicólogo fazer a denúncia de violência no lugar da mulher e, ainda, diante
90 de casos extremos, se uma denúncia garantiria a segurança da vítima. A nota atual
91 incentiva a denúncia, mas não considera possibilidades como essas. A Assessoria
92 Jurídica (ASJUR) do CFP explicou que resoluções são o instrumento normativo próprio
93 para estatuir obrigações, cabendo às notas técnicas apenas uma finalidade
94 complementar. Por isso, é necessário aprovar uma resolução em APAF sobre o tema. O
95 plenário decidiu que o CFP responderá ao MPF-DFT que a nota será novamente
96 disponibilizada, mas relatará, em detalhes, problemas técnicos e processuais do
97 documento e esclarecerá que a APAF elaborará outro documento até maio deste ano.

98 **12. Propostas Orçamentárias de CRPs para 2018. 12.1. CRP-06.** O plenário aprovou
99 proposta orçamentária do CRP-06 para dois mil e dezoito por unanimidade. **12.2. CRP-**
100 **16.** O plenário aprovou proposta orçamentária do CRP-16 para dois mil e dezoito por
101 unanimidade. Norma Celiane Cosmo informou que o orçamento do CRP-14 será
102 decidido na próxima plenária. **13. Correção dos valores das diárias do CFP.** Dentre
103 os problemas apresentados no Relatório Preliminar do TCU sobre o CFP está a questão
104 de jetons e de meias diárias maiores que o valor de hospedagem. Não é possível receber
105 diárias e jetons concomitantemente e, assim, a partir de fevereiro, não haverá mais
106 jetons. Tendo em vista que o último reajuste no valor desses benefícios foi feito em dois
107 mil e treze, foi proposto o reajuste de vinte por cento, inferior ao Índice Nacional de
108 Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o mesmo período. A justificativa do
109 aumento se deve, sobretudo, às recomendações do TCU. Ana Sandra Fernandes
110 Arcoverde Nobrega pediu que se discuta o recebimento de diárias desde o dia em que o
111 representante se coloca em traslado. Propôs, ainda, dar continuidade ao fato de o valor da
112 diária do segundo dia ser inferior ao primeiro, por considerar que o primeiro dia de
113 chegada a eventos é geralmente mais dispendioso devido ao traslado de aeroportos
114 para o centro das cidades. A alteração foi aprovada por unanimidade. **14. Designar**
115 **Nova Relatoria para o PDE CFP N.º 576600028.000068/2017-16 ou 2331/2017.**
116 Rosane Lorena Granzotto será relatora do processo, pertencente a Cleia Oliveira Cunha.

117 **15. Processo Administrativo - Designação de Relator CRP-16/PJ-267.** Andrea
118 Esmeraldo Câmara será a relatora desse Processo Administrativo. **16. Processo**
119 **Administrativo - Designação de Relator CRP-12/10700.** Marisa Helena Alves será a
120 relatora desse Processo Administrativo. **17. Recurso - Processo Administrativo CRP-**
121 **08.** Rosane Granzotto será a relatora desse Processo Administrativo. **18. Minuta de**
122 **Resolução - Prazo para a Implantação da Mediação nos Regionais.** O plenário
123 aprovou por unanimidade o mérito da resolução proposta pela ASJUR, que trata de
124 prorrogação de prazo para implementação de mediação nos CRPs. **19. Avaliação de**
125 **Testes Psicológicos. 19.1. Teste de Inteligência – TI - Atualização de Normas.** O
126 plenário aprovou a atualização das normas desse teste, conforme indicação da Comissão
127 Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP). **19.2. Teste d2 – Revisado (d2-R).** O
128 plenário do CFP considerou o teste desfavorável após avaliação da CCAP. **19.3. Teste**
129 **de Desenvolvimento do Raciocínio Indutivo (TDRI).** O plenário concordou com
130 parecer favorável da CCAP para a aprovação do teste. **20. Orientação Sobre Denúncia**
131 **de Testes Psicológicos.** Fabian Javier Marin Rueda informou que a CCAP discutiu
132 deliberações da APAF de dezembro de 2016 sobre denúncias de testes, problema

133 recorrente nos CRPs. A comissão aponta como solução um passo a passo para efetuar
134 esse tipo de denúncias, dividindo responsabilidades entre CRPs e o CFP. Enquanto
135 alguns consideraram que os CRPs devem proceder à representação contra profissionais
136 que façam uso irregular de teste, outros entenderam que é preciso, antes de tudo,
137 orientar a categoria. A ASJUR informou que pedido de ajuda à empresa Google não
138 prosperou e lembrou que a atuação dos CRPs tem um limite. Há entendimento que
139 notificações extrajudiciais cabem, de fato, aos CRPs. A CCAP deverá discutir as
140 sugestões da ASJUR e apresentará nova proposta na plenária de fevereiro. **21. Nota**
141 **Técnica da Comissão Ad Hoc.** Fabian Javier Marin Rueda leu nota sobre comissão *ad*
142 *hoc* de mobilidade urbana de transporte e de trânsito. Quer-se construir uma referência
143 para a categoria mediante discussão mais ampla e tomar um posicionamento ético e
144 político a respeito do tema, que não pode continuar a ser negligenciado. Por isso,
145 sugeriu a criação de um GT para tratar especificamente de Psicologia do Trânsito. Para
146 Rogério Giannini, contudo, é preciso ser cauteloso antes de conferir institucionalidade a
147 um GT incerto. Embora seja um campo fundamental, a Psicologia do Trânsito é
148 bastante viesada por condições de trabalho. A presença da psicologia não pode, além
149 disso, se restringir à aplicação de testes. É preciso, antes, definir qual política pública
150 poderá ter efeitos producentes ao invés de restringir o debate a questões de legalidade.
151 Os CRPs devem ser consultados e o CNP deve ser seguido. Norma Celiane Cosmo
152 pediu que se pautasse a APAF de maio deste ano sobre a Resolução do CFP nº
153 007/2009, que trata sobre o assunto. A esse respeito, o GT formado trabalhará na
154 reformulação da referida resolução para posteriormente enviar para consulta dos CRs. O
155 plenário entende ser necessário expandir o conceito de atuação de Psicologia do
156 Trânsito e concedeu autorização para que o GT continue seus trabalhos. Andrea
157 Nascimento, Fabio de Cristo, Renan Cunha, Juliel Modesto, Marlene Alves da Silva,
158 Gislene Macedo e Fabian Javier Marin Rueda compõem o GT, sendo o último
159 coordenador do grupo. **22. V Congresso Brasileiro de Psicologia.** O Congresso
160 Brasileiro de Psicologia (CBP) acontecerá de quatorze a dezoito de novembro deste ano.
161 O evento, que tem considerável força política, é um momento oportuno de articulações.
162 Fabian Javier Marin Rueda apresentou plano de organização para o CBP, com tipos de
163 atividade e métodos de trabalho. A ideia é que cada convidado participe de, ao menos,
164 duas atividades, quando for o CFP que arcar com os custos. Serão necessários
165 pareceristas, que devem ter obrigatoriamente o título de doutor. Cada membro do
166 plenário deverá indicar doutores. Há intenção de trazer José Mujica, ex-presidente do
167 Uruguai, para a abertura do evento e uma representante de Las Madres de Plaza de
168 Mayo, da Argentina. Paulo Roberto Martins Maldos organizará uma mesa que aborde o
169 diálogo latino americano. Seria oportuno ter um espaço com painéis, peças de teatro,
170 oficinas temáticas. Houve sugestão de fazer uma galeria de fotos do Encontro de Bauru.
171 Como não haverá tempo hábil até a APAF de maio, o CFP deverá mobilizar os CRPs a
172 partir de agora, pois setenta por cento dos trabalhos devem ser apresentados antes de
173 maio. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nobrega pediu que os CRPs sejam oficiados
174 sobre o CBP imediatamente. Também uma reunião telefônica com os presidentes do
175 CRPs poderá ser feita. Pretende-se que o Sistema Conselhos inscreva, no mínimo, cento
176 e cinquenta trabalhos. **23. Plano de Ação sobre 15 anos do SATEPSI.** Haverá eventos

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin:
- A large signature at the top right.
- The name "Norma" written vertically.
- A circled signature "Fiu".
- The initials "DS".
- The name "Sandra" written vertically.
- The name "Mauricio" written vertically.
- Several other initials and marks.

